

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE

CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC

TELEFONE: (48) 3721-4202

ATA da 35ª reunião Comissão Permanente de Sustentabilidade

35ª ata da Reunião da Comissão Permanente de Sustentabilidade (CPS), realizada no dia 14 de junho de 2017, às 13 horas e 30 minutos, na Sala de Reunião do Ático da Reitoria II.

Estavam presentes os seguintes membros:

NOME	UNIDADE	E-MAIL
Gabriela Mota Zampieri	CGA	gabriela.zampieri@ufsc.br
Carolina Assis Fernandes Ferreira	CGA	carolina.fernandes@ufsc.br
Ludmila Serafim de Abreu	CGA	ludmila.abreu@ufsc.br
Anna Cecília Petrassi	CGA	a.petrassi@ufsc.br
Djesser Zechner Sergio	CGA	djesser.zechner@ufsc.br
Juciane M. Martins	DCC/CCP	juciane.martins@ufsc.br
Ulisses Iraí Zílio	DPC	ulisses.zilio@ufsc.br
Mauro Henrique Dartona Dutra	RES/PU	mauro.dutra@ufsc.br
Gilberto Caye Daudt	DMPI	gilberto.cd@ufsc.br
Felipe Garcia Rosa Tervisariol	DFO	felipe.tersariol@ufsc.br
Rodrigo Gonçalves	SETIC	rodrigo.g@ufsc.br
Branda Vieira	RES/PU	branda.vieira@ufsc.br
Guilherme Krause Alves	DCOM	guilherme.krause@ufsc.br
Paulo Eduardo Botelho	DAS/Prodegesp	paulo.botelho@ufsc.br
Sara Meireles	RES/PU	sara.meireles@ufsc.br
Rogério Portanova	CGA	rogerio.portanova@ufsc.br

Iniciada a reunião, Sra. Gabriela solicitou que todos os participantes buscassem respeitar o horário, em consideração aos demais integrantes do grupo.

Em seguida, o Professor Rogério Portanova, novo Coordenador da Coordenadoria de Gestão Ambiental e também novo presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade, apresentou-se aos membros da comissão: Professor do Departamento de Direito/CCJ, experiência como ex-presidente da FATMA e da FAPESC.. O mesmo, enfatizou que sua intenção é fazer com que a CPS seja mais do que um órgão colegiado com fins de revisão do PLS, tornando-se a inteligência ambiental da Universidade.

Em seguida, a secretária Gabriela apresentou a Pauta da reunião:

1. Analisar as contribuições da consulta pública do PLS;
2. Inserção de novos membros;
3. Eventos relacionados à sustentabilidade;
4. Lançamento da coleta seletiva solidária da UFSC;
5. Próximos passos da CPS.

Sobre o primeiro item da pauta, “Analisar as contribuições da Consulta Pública do PLS”, a Sra. Gabriela explicou que a Minuta do PLS foi colocada em consulta pública no período de 30/03/2017 a 01/05/2017, sendo prorrogado até o dia 05/05/2017. Finalizada a consulta, verificou-se que as contribuições foram realizadas por vinte e quatro setores/pessoas diferentes, totalizando trezentos e setenta e cinco contribuições relacionadas à gramática, formatação, sintaxe, correção de acréscimo/correção de conteúdo e sugestões/modificação de ações/metadados. As contribuições relacionadas ao texto, que não exigiram maiores discussões, ou que foram discutidas com profundidade em reuniões anteriores, foram analisadas e corrigidas pela facilitação da comissão e serão apresentadas em tabela no site do PLS (www.pls.ufsc.br). Além disso, as considerações/ajustes realizados serão encaminhados àqueles que enviaram as contribuições.

Já as contribuições que geraram dúvidas, divergências ou controvérsias, serão analisadas pela CPS. Passou-se, então, para análise dessas contribuições, ponto a ponto:

- 1 Contribuição Arq. Vanessa - Diretora DPAE - p. 02: “Sugeriu unificar a forma de colocar os nomes daqueles que contribuíram, revisaram e escreveram o relatório, tendo em vista que alguns revisores apareceram na página principal e outros nas notas de rodapé.”**

Conclusão CPS: A Comissão definiu que haverá uma primeira seção indicando o nome de todos os participantes da CPS até a finalização da análise da Consulta Pública, inclusive bolsistas, constando o cargo exercido no período em que participaram da comissão. Haverá, ainda, uma segunda seção com os nomes dos redatores do texto, indicando as partes em que cada um contribuiu. E ainda haverá uma terceira seção com o nome dos revisores e especificação do trecho revisado. Por último, como apêndice, será colocado um relatório com o nome de todas as contribuições recebidas através da Consulta Pública, com os respectivos responsáveis.

2. Contribuição Alessandro Maiochi - aluno do ENS: “Justificar as mudanças nos gastos apresentados na figura 60. Como o aumento nos gastos na gestão dos resíduos de áreas verdes e perigosos.”

Conclusão CPS: A Sra. Sara argumentou que a informação sobre os valores gastos com os contratos ficou solta no texto e sugeriu apresentar os custos com os contratos à medida que for sendo apresentado cada tipo de resíduo. Além disso, a Sra. Sara argumentou que o PLS deve ser mais abrangente e explicou que o PGRS apresenta dados mais aprofundados sobre resíduos. A comissão concordou e decidiu retirar o gráfico e acrescentar as informações de custo diretamente no texto, bem como -citar o PGRS, caso o leitor procure informações mais específicas. Para complementar a informação sobre áreas verdes e limpeza, a Sra. Sara irá escrever um pequeno trecho com enfoque na gestão de resíduos.

3. Contribuição Prof. Paul Richard Miller - CCA - na Figura 61 e 62 da página 132: “O trecho elencado aponta que 140 toneladas de resíduos convencionais são gerados por mês, idêntico ao valor relatado no Anexo 1 (Portfólio da Situação dos Resíduos da UFSC 2011-2012 Fig. 14-16), mas os valores do PLS para a distribuição de tipos de resíduos subestima a contribuição de resíduos orgânicos em 50%. Anexo 2 (Mapa de geração de resíduos orgânicos Plano Diretor Participativo da UFSC) detalha as quantidades recolhidas semanalmente de cada ponto de coleta seletiva do campus. Acredito que falta embasamento para os valores apresentados em 2017.”

Conclusão CPS: A Sra. Gabriela explicou que, anteriormente ao setor de resíduos, o Prof. Paul auxiliava na gestão dos resíduos orgânicos e químicos da Universidade, e que por esse motivo teria esses dados sobre o assunto. A Sra. Sara ressaltou que os dados do PGRS (140 ton.), citados na minuta do PLS UFSC 2017, são de 2014 e foram gerados pela Comcap, sendo dados mais recentes dos que os mencionados pelo Prof. Paul. Quanto aos orgânicos, a Sra. Sara esclareceu que os dados que estão no PGRS da UFSC foram estimados em 2015 com base em

metodologia validada e fundamentada, cuja descrição pode ser encontrada no PGRS (composição gravimétrica com pesagem de resíduos). Trata-se, portanto, do último dado oficial disponível sobre resíduos orgânicos, já que os dados fornecidos pelo Prof. Paul são uma projeção para os anos de 2012 e 2013, baseados em dados de 2011. A Sra. Sara enfatizou que os dados apresentados no PGRS são uma estimativa e que as quantidades exatas somente serão definidas quando a coleta de orgânicos voltar a ser realizada. Após o exposto, a comissão optou por manter os números já constantes na minuta do PLS UFSC 2017, que referenciam o PGRS, visto que são os dados mais atuais existentes e que foram coletados através de metodologia reconhecida e fundamentada.

- 4. Contribuição Prof. Paul Richard Miller - CCA - linhas 7-12, p. 133: “O trecho traz informações difamatórias sobre o Projeto de Extensão de Compostagem de Resíduos Orgânicos da UFSC, que deveriam ser retiradas do texto. O Projeto foi citado em maio de 2013 como bom exemplo no Plano de Gestão de Logística Sustentável (Anexo 3, p.11) e no próprio site da UFSC <http://pls.ufsc.br/files/2013/08/Relatorio-Publicado-PLS3.pdf>. O projeto continua, inclusive com bolsistas PIBE e ProBolsas, e com as devidas autorizações ambientais. O que foi encerrado (linha 7) foi a coleta seletiva no campus da UFSC, por ordem da Prefeitura Universitária (Anexo 4 Memorando 004/2014/PU/PROAD) em uma desastrosa tentativa de contratar a COMCAP para prestar diversos serviços no campus. O resultado desorganizou a coleta seletiva no campus e produziu um prejuízo de R\$1.000.000,00 (Um milhão de reais) pagos pelos cofres municipais nos 3 últimos anos. O preço unitário de coleta e destinação de R\$250,00 por tonelada é o valor usado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis para estimar o prejuízo causado pelas 100 toneladas mensais acrescentadas aos caminhões da COMCAP pela UFSC.”**

Conclusão CPS: Para resolver o impasse, a comissão definiu, por decisão unânime, mudar o texto na Minuta do PLS UFSC 2017 para: “embora tenha sido apresentado como boa prática no PLS 2013, a compostagem localizada no CCB, parte integrante do Projeto de Extensão do Núcleo de Processamento de Resíduos (NPR), do Departamento de Engenharia Rural/CCA, sob coordenação do Prof^o Paul Richard Miller, financiado via Fundação de Apoio sob o contrato nº013/2010, teve que ser encerrada devido aos desdobramentos da Comissão nº 481/2013/GR “Para estudar a situação da compostagem na UFSC e apontar possíveis alternativas de realocação” expostos no relatório e documentos constantes no Processo 23080.003953/2014-96 (DPA/UFSC). Essa mesma comissão autorizou a realização de uma compostagem para fins educacionais, no CCA, com metragem máxima de 10x10m.”

A comissão recomendou digitalizar o processo e o relatório anteriormente citados, deixando-os disponíveis para a consulta pública na página do UFSC Sustentável.

Quanto à taxa de coleta, a Sra. Sara ressaltou que o valor que a UFSC paga ao município é subdimensionado pelo próprio município, sendo o mesmo desde a década de 80. Além disso, a Sra. Gabriela explicou que atualmente no município de Florianópolis não existe uma lei que defina o que é um grande gerador. A Sra. Sara esclareceu ainda que a UFSC se prontificou a pagar a devida diferença, mas a COMCAP está impedida de receber, portanto, a UFSC não é responsável pelo pagamento subdimensionado da taxa.

5. **Contribuição Paul Richard Miller - CCA- Linha 8 da página 134 e Figura 63 da página 135:** “O trecho faz referência aos contratos de resíduos químicos e hospitalares 175/2014 e 176/2014. Esses contratos foram licitados por um valor anual total de R\$1.676.047,06, adjudicados por R\$929.143,00, com pagamentos de R\$648.080,06 em 2015 e R\$203.195,12 em 2016 (Portal da Transparência). A grande redução de valores relatada acima decorre do questionamento do processo licitatório (Anexo 5) de superestimação de preço e peso, e a investigação da Auditoria Interna da UFSC, que descobriu graves falhas no acompanhamento destes contratos (Anexo 6), recomendando a revisão completa dos contratos e dos métodos de fiscalização. Os pesos de resíduos nas notas fiscais postadas no Portal da Transparência divergem muito dos valores relatados no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) citado nas linhas 7-12 da p. 131. O Plano deveria voltar atrás e acatar a recomendação da Auditoria Interna de refazer a estimativa dos quantitativos destes contratos.”

Conclusão CPS: A Sra. Sara esclareceu que o valor referente ao resíduo recolhido pelo HU foi retirado dos cálculos, tendo em vista a instalação da EBSERH, por isso a diminuição dos valores. Além disso, houve reduções decorrentes do aprimoramento do processo de fiscalização do contrato no decorrer do serviço. A Sra. Sara destacou que os dados médios apresentados na minuta do PLS UFSC 2017 referenciam o PGRS, não sendo, portanto, os mais atuais. Sugeriu ainda atualizar os dados. Em complemento, o Sr. Mauro informou que os questionamentos apontados pelo Prof. Paul já foram respondidos na auditoria interna e caso ele tenha mais alguma dúvida poderá reportar diretamente ao setor responsável pelos resíduos. A Comissão definiu atualizar o PLS com os dados mais recentes relacionados a resíduos, que serão disponibilizados pelo setor de Resíduos.

6. **Contribuição Paul Richard Miller - CCA - Eixo Resíduos:** “O Plano é omissivo em integrar os vários aspectos de gestão de resíduos com os currículos dos vários

cursos que modernizaram seus currículos para incluir práticas de gestão nessa área. O Anexo 7 apresenta a Implantação do Parque de Educação Ambiental em Agroecologia, como exemplo de tratamento descentralizado dos resíduos sólidos da UFSC, que pode ser repetido em vários lugares do campus para beneficiar os cursos de graduação com laboratórios práticos nessa área.”

Conclusão CPS: A Sra. Sara colocou que considera uma boa prática a inclusão da compostagem num modelo pequeno, em projetos de pesquisa/extensão e nas disciplinas. Quanto à realização de compostagens descentralizadas, no momento, entende como inviável, uma vez que não há equipe na UFSC suficiente para realizar seu monitoramento (o que pode atrair vetores), há a questão da ocupação dos prédios da UFSC e a necessidade de manter uma distância de 200m dos córregos. O Sr. Djesser relatou que para grandes quantidades, uma alternativa poderia ser o tratamento mecânico -biológico de resíduos orgânicos, principalmente os resíduos orgânicos provenientes do Restaurante Universitário. Estas unidades podem ser projetadas em plantas verticais de compostagem forçada ou fermentação, centralizando o tratamento de resíduos orgânicos da UFSC e demandando pequena área. As unidades de fermentação (Biodigestor) geram Biogás e permitem o seu aproveitamento como gás de cozinha, ou geração elétrica, bem como o próprio resíduos orgânico como adubo. Além disso, o tratamento de resíduos orgânicos em unidades fechadas facilita o monitoramento, controle do processo, controle e tratamento da geração de efluentes (Chorume) e exclui a possibilidade da atração de vetores. A Sr. Carolina lembrou do Projeto do Biodigestor que está sendo realizado pelo Engº Márcio. A Sra. Gabriela ressaltou que na comissão ora existente somente foi autorizada a compostagem para fins educacionais de 10mX10m no CCA. Dessa forma, a comissão decidiu alterar na Minuta do PLS UFSC 2017 a expressão “instalação de biodigestor” para “valorizar os orgânicos por sistemas licenciados e controlados”. Também ficou definido pela comissão incluir no diagnóstico do eixo geral da Minuta do PLS UFSC 2017 a boa prática “trabalhar a gestão de resíduos orgânicos em projetos de pesquisa e extensão com fins educacionais, como exemplo o Projeto do Prof. Paul”. Com relação ao Parque Ambiental a ideia será levada nas discussões que tratam do Bosque do CFH.

- 7. Contribuição Alessandro Maio - Eixo Resíduos: “Não há menção ao PEV de óleo usado no CCB. Caso este PEV esteja desativado cabe a remoção do mesmo tanto do espaço físico quanto no site da ACIF que ainda o mantém aparente na lista de PEVs existentes.”**

Conclusão CPS: O setor de resíduos irá verificar a existência/funcionamento ou não do PEV. Caso seja constatado seu funcionamento, esse ponto será adicionado à Minuta do PLS UFSC 2017. Se não estiver mais em funcionamento, o PEV deverá ser retirado.

8. **Contribuição Arq. Vanessa - Diretora DPAE - p. 188:** “Essa proposta foi apresentada à Administração Central e aguarda aprovação do CUn para que possa ser dada continuidade aos trabalhos (UFSC/DPAE, 2014). Sugiro a retirada do texto.”

Conclusão CPS: A CGA ficou responsável em verificar com o DPAE como está o andamento do Plano Diretor na UFSC e atualizar o PLS com as informações recebidas.

9. **Contribuição Manoela Paiva Santos – aluna ENS:** “A UFSC poderia criar uma campanha em conjunto com os centros e com os bares do campus. Poderia criar uma maneira de incentivar os alunos/servidores/professores etc através de descontos em bares nas bebidas para quem levasse a sua caneca/copo retornável. Ganhando esse desconto, acho que mais pessoas iriam aderir à ideia do copo retornável e poderíamos diminuir consideravelmente o número de copos descartáveis utilizados diariamente, já que tem gente que utiliza mais de um copo descartável por dia. Acho que mexendo no financeiro talvez seja uma maneira mais fácil de atingir o público e incentivar o uso das canecas que serão fornecidas pela universidade. Ou seja, ação aplicar desconto para quem levar o copo retornável.”

Conclusão CPS: O Sr. Ulisses colocou como inviável a possibilidade de um desconto para quem não consumir copos plásticos e descartáveis nas lanchonetes, uma vez que o preço é fixo e o custo do copo é de centavos, contudo, se dispôs a pensar em outras estratégias para serem colocadas nas cláusulas contratuais. A comissão apresentou algumas ideias, tais como: todos os bares/lanchonetes possuírem a opção de recipiente reutilizável e/ou fornecerem copos descartáveis compostáveis aos usuários, além de possibilitarem a utilização de recipientes reutilizáveis trazidos de casa e realizarem campanhas nesse sentido. A comissão definiu a criação de uma nova ação no eixo Compras “Estudar estratégias para reduzir o uso de materiais descartáveis nas lanchonetes e bares”. Estabeleceu-se como indicador “número de contratos com os critérios” ficando como responsáveis os setores DPC/CGA/RES. A Sra. Carolina lembrou que algumas dessas estratégias estarão no “Manual de Contratações Sustentáveis”.

10. **Contribuição João Oster, STAE NUMA – Eixo Consumo:** “Diminuir o recebimento de papeis pelos Órgãos selecionadores (Graduação, Pós-Graduação e Concursos). Em substituição, implementar um processo de escaneamento dos documentos ou o envio pelo candidato de mídias como DVD/CD. Com isto na emissão dos Diplomas evita que os documentos sejam copiados, bastando baixar do arquivo central.”

Conclusão comissão: Essa ação já está englobada nas seguintes ações: (1) Estudar a necessidade de continuar com processos físicos obrigatórios. (2) Instituir que as teses e dissertações devem ser disponibilizadas somente na forma on-line, sem a necessidade de impressão (3) Reavaliar os processos, informatizando-os, quando possível, e reduzindo a utilização de papel. Tendo em vista o exposto, a comissão considerou que ação já está contida no plano de forma mais genérica.

11. Contribuição do Ricardo Magro, STAE do CCE – Eixo Deslocamento: “Sugiro a inclusão de uma nova ação **Instalação de semáforos, redutores eletrônicos de velocidade e faixas de pedestre ao nível das calçadas nas principais entradas da universidade (Rótula da Trindade, Rótula da Carvoeira e CTC. Justificativa:** Um dos itens do termo de acordo assumido entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a UFSC (n.5) para a cedência de uma área relevante da instituição para a Duplicação da Rua Dep. Edu Vieira prevê a melhoria das condições de segurança para o trânsito de pedestres, hoje praticamente inexistentes, vejam o caso da Rótula da Trindade, na Av. Desembargador Vitor de Lima e da Rótula da Carvoeira (inexistência de sinalização semafórica e péssima sinalização por placas, excesso de velocidade e falta de limitação da velocidade, calçadas esburacadas e sem acessibilidade). Possuo baixa visão e a travessia da Desembargador Vitor de Lima é um desafio todos os dias, tenho sorte de não ter sido atropelado, pois as estatísticas estão contra mim. Venho acompanhando e cobrando melhorias faz anos, conforme vocês podem verificar nestes arquivos que venho juntando e que já são de conhecimento da Reitoria e do setor responsável pela fiscalização do cumprimento dos termos do acordo com a Prefeitura: <https://arquivos.ufsc.br/d/3cd3f222ce/Acredito> que a prioridade da instalação de semáforos e redutores eletrônicos de velocidade deve ser anterior à criação das ciclo faixas (o termo de acordo com a prefeitura foi elaborado pensando justamente nisso, já que previa um prazo de 12 meses do início das obras para estas adequações, prazo este que será encerrado em maio de 2017). Pedestres com deficiência visual serão extremamente prejudicados com a concorrência com as bicicletas caso o problema da falta de segurança na passagem das ruas não seja resolvido primeiro. A Av. Desembargador Vitor de Lima é extremamente perigosa para os pedestres, mesmo nas faixas de segurança (lembrem do caso da ciclista atropelada na rótula da Trindade), por isso a idades e necessidade urgente de semáforos e redutores eletrônicos de velocidade nestes locais.”

Conclusão CPS: Algumas ações na Minuta do PLS UFSC 2017 trazem esse tema, tais quais “Adequar passeios de acordo com as normas de acessibilidade” e “Sinalizar

as rotas da UFSC (pedestres, área escolar, bicicletas, entre outras)”. No entanto, essas ações não especificam a questão dos semáforos e redutores de velocidade. Dessa forma, a Comissão decidiu incluir uma nova ação no eixo deslocamento: “Realizar tratativas com a PMF para a melhoria da segurança viária do entorno, como a inclusão de semáforos, redutores de velocidade, entre outros”.

12. Contribuição João Oster, STAE - NUMA – Eixo Deslocamento: “Instituir projeto de moeda ciclística. Onde o discente pode trocar quilômetros percorridos por créditos em disciplinas eletivas. Obviamente limitado a um valor que exija que ele venha um 'X' número de dias de bicicleta. A UFSC poderia gerar um aplicativo que monitore o deslocamento. Buscar uma parceira com o Itau (p.ex) para que eles instalem bicicletas compartilhadas na UFSC”.

Conclusão CPS: Com relação as instalação de bicicletas compartilhadas, A Sra. Gabriela informou que já há uma ação sobre isso na Minuta do PLS UFSC 2017, “Viabilizar pontos de bicicletas compartilhadas em parceria com a Prefeitura Municipal e iniciativa privada.”. Quanto à sugestão da “moeda ciclística” a comissão considerou a ação inviável no momento, uma vez que é necessária uma estrutura para controlar, investimento em tecnologia, além de beneficiar somente um tipo de usuário. A CPS decidiu considerar a sugestão na próxima revisão do PLS. Além disso, os membros entendem que há outras prioridades relacionadas ao aumento da utilização das bicicletas, tais como, a instituição de ciclorotas/ciclofaixas, vestiários e mais bicicletários.

13. Contribuição Sérgio Wolf: “Há de ser revisto o uso irracional de água por conta dos lavadores de carros nos diversos estacionamentos da UFSC.”

Conclusão CPS: A comissão relatou que os lavadores utilizam água e energia da UFSC e despejam efluentes nos córregos da UFSC. A Sra. Anna informou que há um Projeto para estudar a questão dos lavadores de carro na UFSC e também foi colocado que o PRAD estaria tratando sobre o assunto. Foi citado, no entanto, que a situação dos lavadores ainda não foi regularizada. Portanto, a comissão definiu incluir nova ação “Regularizar ou extinguir as atividades dos lavadores de carros da UFSC, com base em estudo realizado, levando em consideração as condicionantes, de segurança, o aspecto social e utilização de recursos da UFSC”. A referida ação será colocada no eixo geral, ficando como responsável o Gabinete.

14. Contribuição Arg. Vanessa, Diretora DPAE: “Criar nova ação ‘Projetar e instalar’ na ação ‘Projetar sistema de aproveitamento de água da chuva e dos drenos dos climatizadores nos edifícios novos, considerando os aspectos técnicos, econômicos e socioambientais’”.

Conclusão CPS: Houve dúvidas sobre efetividade e viabilidade da captação de água dos drenos dos climatizadores. A Comissão resolveu separar a ação criando as seguintes:

-“Projetar sistema de aproveitamento de água da chuva para os novos edifícios”, responsável DPAE.

-“Instalar sistema de aproveitamento de água da chuva para os novos edifícios”, responsável DPAE/DFO.

-“Estudar a viabilidade de instalação de drenos dos ares-condicionados nos edifícios da UFSC”, responsável DPAE/CGA.

15. Contribuição Fabiana Tasca: “Gostaria de sugerir que se projetasse a revitalização do rio do Meio. A UFSC é responsável pela qualidade da água que envia ao manguezal, um importante e frágil ecossistema.”

Conclusão CPS: O projeto do PRAD, coordenado pelo Prof. Pompeu do ENS, já prevê a recuperação dos córregos da UFSC com despejo correto dos efluentes e requalificação das APPs da UFSC. Tendo em vista o exposto, a Comissão sugeriu a ação “Implantar o Projeto do PRAD, recuperando a qualidade das águas dos córregos da UFSC e requalificando as APPs”. A facilitação da comissão também ficou de verificar com o Coordenador do PRAD se a ação criada faz sentido.

16. Sobre a ação: “Ligar toda a rede de esgoto da UFSC Florianópolis à rede da concessionária.”

Victor Fachine, aluno de pós graduação em ENS: “Me parece inviável, seria mais interessante fazer uma análise onde é interessante se ligar a rede, e onde seria interessante fazer tratamento descentralizado. Há um projeto a ser ampliado pelo ENS próximo ao RU antigo que é uma pequena estação de tratamento de efluentes. O esgoto que já é coletado é de uma rede da CASAN, porém o mesmo retorna a rede, por que não aproveitar e tratar de fato algum efluente gerado dentro da própria universidade?”

Arq. Vanessa, Diretora DPAE: “uma vez que temos diversas unidades onde a rede da concessionária não existe em área próxima (Unidade Lagoa do Peri, Unidade Sul da Ilha) indica-se a alteração do texto com especificação de para quais Unidades isso será possível. Além disso, esta ação possui duas ações predecessoras ‘mapeamento das edificações que devem ser adequadas’ e ‘elaboração de projeto de redes de ligação’, incluir.”

Conclusão CPS: O Sr. Djesser mencionou a importância das ETEs descentralizadas, e da possibilidade de servirem de modelo de boas práticas e pesquisa em escala real, dando exemplos da UFRJ que possui uma estação experimental. Além disso, o ENS possui laboratórios que desenvolvem tecnologias descentralizadas. Esclareceu também que as ETEs descentralizadas necessitam de monitoramento e controle do lançamento do

efluente tratado nos córregos, bem como seu respectivo licenciamento. O Sr. Felipe relatou que na UFSC pensou-se na possibilidade de ETEs descentralizadas para a região do Córrego, operadas pela Casan. No entanto, como a UFSC não possui corpo técnico para realizar o monitoramento, foi conversado com a Casan, que explicou não poder fazer o monitoramento. A Sra. Sara falou sobre o problema dos efluentes químicos e hospitalares, frisou que esses não podem ir diretamente para os esgotamentos sanitários, sendo necessário um tratamento prévio. Após as colocações, a Comissão definiu a correção de uma ação, e a criação de mais três:

- “Ligar a rede de esgoto da UFSC Florianópolis à rede da concessionária, nos locais em que a viabilidade técnica”
- “Estudar alternativas para o tratamento do esgoto (tratamento esgoto escola e descentralizadas), nos locais em que houver viabilidade técnica de ligar a rede, com monitoramento constante e funcionamento adequado desses sistemas”.
- “Integrar os projetos de extensão e pesquisa na implantação dos sistemas descentralizados, quando possível”.
- “Garantir o tratamento preliminar dos efluentes provenientes de serviço de saúde (químicos e infectantes)”.

Sobre as considerações da Vanessa, Diretora do DPAE, a Comissão decidiu criar as seguintes ações:

- “Mapear as edificações que devem ser adequadas com relação aos esgotamento sanitário” e “Elaborar de projeto de redes de ligação do esgotamento sanitário”.

Outras considerações feitas pela CPS que surgiram no decorrer da reunião:

- A Comissão estabeleceu que as informações contidas no PLS englobarão os dados de 2013 até março de 2017. Qualquer outra informação posterior será acrescentada na próxima revisão.
- Discutiu-se a necessidade de regularização e estabelecimento de normas de segurança para a feira dos orgânicos da UFSC. O Sr. Paulo relatou que tinha acabado de constatar e fotografar a utilização de cabos elétricos em situação irregular, esses cabos não são adequados, ficando expostos à chuva, trazendo riscos aos transeuntes. A Sra. Branda destacou a relação das feiras com a sustentabilidade, uma vez que são vendidos produtos veganos, orgânicos, além da valorização cultural e do produto local, entre outros. Lembrou-se que já há uma ação abordando a questão na Minuta- PLS UFSC 2017.

Próxima reunião

A próxima reunião ficou marcada para a quinta-feira (22.06), às 14h, tendo como pauta a continuação da presente reunião.

Os membros da CPS que ainda não possuem suplentes ficaram responsáveis de trazerem os nomes dos representantes.

Responsabilidades

O quê?	Quem?
Texto sobre áreas verdes e limpeza relacionado a gestão de resíduos	Setor Resíduos
Verificar PEV CCB	Setor Resíduos
Verificar andamento do Plano Diretor ad UFSC	CGA
Ação referente ao PRAD com Profº Pompeu	CGA